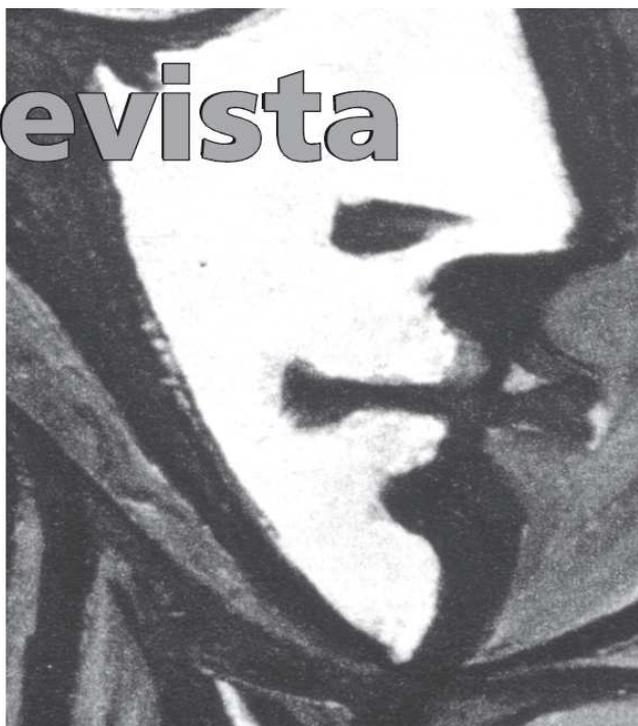


entrevista



A luta por uma outra comunicação

Raquel Paiva de Araújo Soares é graduada em jornalismo pela Faculdade de Comunicação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (1981), com especialização em pelo Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación Para América Latina, CIESPAL (1985), e aperfeiçoamento em Latin America Electronic Media Exchange Program pela Arizona State University (1985). Fez o mestrado (1991) e doutorado (1997) em Comunicação e Cultura na Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ. É PDE pela Università degli Studi di Torino, Itália e Professora Associada da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em Teoria Crítica da Comunicação. É membro do comitê assessor da Comunicação no Conselho Nacional de Pesquisa, CNPq. É autora de diversos livros, entre os quais se destacam *O Espírito Comum, Ética, Cidadania e Imprensa e Política: palavra feminina*.

Na UFRJ, Raquel Paiva coordena o Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária, LECC, cujas pesquisas são orientadas numa dupla perspectiva. De um lado, investigar de forma minuciosa as formas narrativas em torno das quais as mídias e os grupos sociais tecem suas representações do mundo e verificar até que ponto estas representações são antagônicas e/ou estabelecem relações recíprocas, de circularidade. De outro, elas seguem um viés pedagógico centrado na leitura crítica dos meios de comunicação como forma de fazer frente à padronização hegemônica.

Dentro desta dupla perspectiva que o conceito de comunidade é resgatado não apenas como conceito sociológico. Ele é também enquadrado numa acepção política na qual valores como criatividade e solidariedade fazem parte das estratégias de sobrevivência dos que vivem à margem ou na escassez e compõem um caldo de cultura popular com força suficiente para formar novos consensos sociais ou se oferecer *como uma espécie de sementeira de novas instituições públicas*. Surge aqui o espectro de Gramsci, para quem a moral popular (ou senso comum) não é apenas formada por estratos fossilizados e conservadores, mas também dotada de uma série de inovações espontâneas de caráter criativo e progressista que emergem em determinados contextos e que poderiam servir de base para o desenvolvimento do espírito crítico.

O papel da *comunicação comunitária*, neste sentido, seria o de potencializar o senso de solidariedade do grupo. Engajado nesse processo, o profissional de comunicação, munido por uma leitura crítica dos meios hegemônicos, deve agir de forma propositiva elaborando novas estratégias de comunicação, sem cair na tentação do assistencialismo-populista, do aparelhamento partidário ou do autoritarismo técnico-político. Pode-se dizer que este arranjo é utópico. Mas a *ECO-Pós*, v.12, n.2, maio-agosto 2009, p. 138-144.

utopia não é uma força política?

Marco Antônio Roxo da Silva

Você podia nos fazer um breve relato de sua trajetória acadêmica e de como se engajou intelectual e politicamente com o tema da comunicação comunitária?

Sempre que me fazem essa pergunta eu fico pensando no significado da palavra trajetória, ou seja, na dimensão de um caminho traçado. E então me questiono o que tem nesse percurso que é permanente? E isso me interessa mais que os passos que tenho dado. Essa permanência eu consigo detectar como responsabilidade, dever e esforço. Muito esforço. A minha trajetória acadêmica não é diferente da minha vida pessoal, e a marca do meu percurso é o esforço, o trabalho e a dedicação. Isso é o que me configura como professora, mulher, pesquisadora, mãe etc. A questão da comunicação comunitária está presente na minha vida acadêmica desde 1985 quando eu fui fazer um curso de seis meses no CIESPAL, em Quito. A partir daí este tema entrou na minha vida acadêmica e se consolidou como um campo de pesquisa para o doutorado em 1992 na ECO/UFRJ. Mas, antes disso, essa temática já fazia parte da minha vida pessoal e das minhas preocupações políticas, não apenas como um tema, mas como uma prática cotidiana e que tenho realizado ao longo desses anos em diferentes contextos.

Um dos objetivos do LECC atualmente é resgatar os estudos de narrativa como metodologia de análise a ser aplicado no campo da comunicação. Você poderia nos explicar este projeto.

Na verdade, o LECC está preocupado atualmente com duas frentes de pesquisas que estão reveladas em todas as suas ações e projetos de pesquisas de seus membros. A primeira delas é a de perscrutar as formas narrativas presentes no cotidiano midiático e dos grupos sociais. Esta determinação é permanente do Laboratório, desde o seu início, há 12 anos. E com este propósito temos investigado a relação dos grupos sociais com a mídia, tentando estudar, com a utilização de diferentes propostas metodológicas, a maneira como são representados. Assim foi feito, por exemplo, no início do século com a Favela da Maré, assim foi desenvolvido também com morros e favelas do Rio de Janeiro, uma pesquisa que foi inicialmente concluída, mas até hoje não divulgada, com um trabalho de leitura diária de dois jornais cariocas durante um ano. Assim foi realizado com as mulheres candidatas em 2006. E note-se que esta é uma proposta que atravessa todos os pesquisadores do LECC, desde os seniores, passando pelos doutorandos, mestrandos e graduandos.

São projetos muitos interessantes e validados como instrumentos para se entender a sociedade carioca e brasileira.

Em alguns trabalhos e entrevistas, você aponta para a importância do caráter pedagógico que orientam os trabalhos e as emissoras que estão organicamente ligados aos veículos comunitários. Esta pedagogia está relacionada com o que você chama de *leitura crítica dos meios de comunicação*?

Exatamente. O segundo eixo de pesquisas do LECC é exatamente a questão da educação. Nós estamos convictos de que a educação, entendida como a capacidade crítica é a única forma de consumo digna dos produtos midiáticos e também a única possibilidade de fazer frente à padronização hegemônica. Para nós o espírito crítico se configura na sociedade atual algo como essencial. Temos também nos concentrado no esforço de estudar diversas correntes pedagógicas.

Essa vertente de estudos, chamada de *Escola Crítica da Comunicação*, é uma atualização das teorias de massa frankfurtianas e/ou faz parte de um projeto de construção de outro paradigma comunicacional?

Pode-se dizer que seja uma reinterpretação no estilo vattimiano. Não que eu quisesse cair diretamente na Escola de Frankfurt, mas na medida em que fui traçando uma arqueologia da proposta e necessidade da crítica foi fatal ter que empreender uma re-leitura dos trabalhos da Escola de Frankfurt e mesmo de alguns autores, inclusive brasileiros que tem se dedicado a estudá-la. Uma das reinterpretações das mais interessantes, em minha opinião, é a realizada por Martin Jay. Além disso, estudar as propostas latino-americanas e a aplicação realizada no país pela UCBC (União Cristã Brasileira de Comunicação Social), bem como a utilização de sua metodologia por diversos movimentos na atualidade foi um percurso natural. Quando trabalhamos com a proposta da reinterpretação sabemos que de antemão duas são as etapas obrigatórias: a primeira, levantar os múltiplos usos do conceito e seus respectivos contextos e finalmente avaliar a possibilidade de inserção na atualidade. O primeiro, nós realizamos ao longo desses dois anos e o último é um esforço que está sendo investigado neste momento. Apesar de ainda não ter dados conclusivos é possível prever que possivelmente não tenhamos ambiente hoje para a implementação de uma leitura crítica. A ambiência midiática encontra-se por demais impregnada no tecido social, nas consciências e principalmente afetou e alterou a cognição dos indivíduos. Acho muito difícil empreender um verdadeiro e profundo esforço de leitura crítica. Na minha opinião talvez possamos ter apenas avaliações e posturas com pinceladas críticas, o que eu poderia chamar de “espírito *ECO-Pós*, v.12, n.2, maio-agosto 2009, p. 138-144.

crítico flutuante”, mas ainda assim muito colado ao ambiente midiático.

Pode-se dizer que este projeto dois eixos. Um, interno, relacionado à formação e mobilização dos comunicadores. O outro, externo, vinculado ao papel destes agentes na formação de “comunidades gerativas”. Você poderia explicitar este conceito e dizer de que forma ele se articula com o projeto de comunicação comunitária?

Bom, vou tentar. Quando formulei este conceito de “comunidades gerativas” pensei em instrumentalizar e positivar o que se entende pela proposta comunitária, no que ela possui de positivo no sentido de promoção do bem comum e de sociedades mais justas e igualitárias. A partir dessa idéia podemos compreender a atuação de inúmeros grupos que surgem na atualidade. Entender, inclusive porque eles possuem uma temporalidade datada pela duração da ação norteadora da sua fundação. Temos um número bastante significativo de projetos que surgiram com este perfil. De imediato me ocorre citar exatamente o projeto para o qual eu criei esta ideia: o Ceasm, na Maré. Sua atuação na época era marcada por um grupo de configurações notadamente comunitárias, formado por moradores da favela da Maré, que montaram o Centro onde funcionava o pré-vestibular comunitário, um dos primeiros a ser criado no país e no Rio de Janeiro, um jornal comunitário, que tem mais de 10 anos, e diversos outros projetos que guardam a marca da ação comunitária. Esse grupo conseguiu alterar a realidade de inúmeros jovens, de um número significativo de cariocas – já que serviu como modelo para outros bairros populares da cidade. Acho que esse continua sendo um bom exemplo.

Até que ponto a estrutura habilitacional presente na formação do comunicador no Brasil ajuda ou atrapalha na vinculação orgânica deste agente a esse projeto?

Acho que não faz diferença. Ou melhor, não ajuda nem atrapalha. Ainda hoje no Brasil essa vinculação se faz independente da formação universitária. Lamentavelmente. A elite brasileira tem essa mania de achar que os privilégios devem ser mantidos intocáveis. E assim tem sido desde o descobrimento. Veja a questão das cotas. Argumenta-se através de mil e um pontos, desde a baixa qualidade do ensino até a questão biológica, mas na verdade o que nunca aparece como argumento é a manutenção dos privilégios. O ambiente acadêmico segue essa regra. Basta ver que em muitas escolas de comunicação, como na nossa mesmo, a disciplina de Comunicação Comunitária, que era obrigatória passou a ser oferecida como complementar. Quantas vezes ao longo desses quase 30 anos de magistério ouvi jornalistas me dizerem o quanto havia sido importante aquela disciplina (Imprensa Comunitária) na sua formação, exatamente porque discutia e

ECO-Pós, v.12, n.2, maio-agosto 2009, p. 138-144.

apresentava modelos outros concretos de jornalismo. Ela foi retirada da obrigatoriedade e ficou como complementar no mesmo patamar que jornalismo econômico, cultura etc., ou seja, como se fosse mais uma editoria que um pressuposto básico de um fazer jornalístico. Uma atuação social, territorial, vinculativa de um comunicador. A isso eu assisti da mesma maneira que assisto hoje às comemorações do fim do diploma com o argumento de que se trata de uma ação reacionária, mas a certeza de que não temos muitas e atuantes vozes capazes reverter esse tsunami de mediocridade.

Os jornais noticiaram tempos atrás que Evo Morales conseguiu um financiamento de 5 milhões de dólares do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social da Venezuela criar a *Rede de Rádios dos Povos Originários da Bolívia*, uma cadeia de 30 emissoras comunitárias situadas (20 AM e 10 FM) em zonas rurais habitadas por camponeses descendentes dos povos indígenas da Bolívia. Alguns setores de esquerda defenderam Morales sob o argumento de que sua ação pode ser vista como uma forma exemplar e necessária de articulação da sociedade civil e sociedade política para a criação de uma contra-hegemonia ao domínio da ordem neoliberal na América Latina. Setores conservadores, entre os quais, a mídia empresarial boliviana e brasileira, alegaram haver o aparelhamento das emissoras por parte do poder estatal. Como a comunicação comunitária lida com este dilema em relação ao Estado, em última análise, responsável pela política de concessões?

Primeiramente é preciso recuperar a memória do povo latino-americano e em especial o boliviano, que nunca precisou de governantes para criar e gerenciar suas emissoras populares. Da Bolívia vêm os exemplos mais atuantes de emissoras populares e comunitárias do continente e que se proliferaram em momentos em que os governos da América Latina eram todos tomados por cores ditatoriais. Eu pessoalmente não acredito quase nada governos sejam capazes de criar e manter veículos comunitários embora desconheça com detalhes no momento a ação do governo Morales neste sentido. O argumento fundamental nesse sentido é o fato de que a liberdade é um dos componentes fundamentais para a existência de veículos comunitários e o que constatamos é que quase sempre os governantes, por mais bem intencionados que sejam, tem um apreço por definir o que é bom para seus governados. É fatal que algum tipo de conflito surja em função dessa situação. Por outro lado, o argumento do aparelhamento é mesmo um antigo fantasma que volta e meia assombra a elite dominante, sempre ciosa em manter seus privilégios. Acho que ainda é cedo para avaliar o projeto além de não ter muitos dados para avaliá-lo. Finalmente é importante ressaltar que no que tange à legislação, tanto aqui como lá e de resto no continente, prossegue-se privilegiando os grupos econômicos fortes em detrimento das populações que se arriscam a enveredar e reivindicar acesso aos sistemas produtivos de mensagens e informação.

Em uma de suas entrevistas, você relaciona, de certa forma, o novo arranjo social conformado pelas novas tecnologias da comunicação com a forma plebiscitária que os debates públicos e as demandas sociais vêm tomando na esfera pública. Como a comunicação comunitária se adéqua a esse novo arranjo, no qual, a seu ver, as mediações tradicionais destas demandas, como, por exemplo, as feitas por partidos políticos, já não fazem tanto sentido? Como a comunicação comunitária articula as dimensões micro e macro da luta política e social?

Infelizmente, com frequência vemos todos os veículos de comunicação, indistintamente, atrelados a partidos e políticos. Em minha opinião, essa é uma herança colonial que ainda não conseguimos nos livrar. Mas imagino que os veículos comunitários são os únicos capazes de efetivamente resgatar o debate em torno do político e da ação política. Não a ação meramente reivindicativa, mas a preocupação que permeia o cotidiano e a existência das pessoas tanto no nível local quanto da existência planetária. Acredito que os veículos que produzam discursos, mensagens e ações contra-hegemônicos se revelam como alternativas. Acho que a multiplicação de veículos de transmissão e troca de informação é um primeiro passo. Esse já temos. E por isso temos uma multiplicidade informacional nunca experimentada. Entretanto, ainda temos o mesmo, uma multiplicação da mesma fórmula. Ainda não conseguimos gerar outras formas esse deve ser nosso esforço ou de nada valerá o investimento tecnológico.

Dependendo da resposta, pergunto: a comunicação comunitária estaria, então, centrada num projeto político-pedagógico contra ou anti-hegemônico?

Exatamente, e não há nenhuma possibilidade de ser de outra forma. Trata-se de uma ação radical ou um projeto de erradicação!

Marco Antônio Roxo da Silva é bolsista recém-doutor na UFRJ e editor assistente da *ECO-Pós*.